



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

MENOR PREÇO

FORNECIMENTO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE USO EM ATIVIDADES DE IRRIGAÇÃO, AQUICULTURA, PESCA, PANIFICAÇÃO, PROCESSAMENTO DE FRUTAS, FABRICAÇÃO DE FARINHA, CORTE/COSTURA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM VISTAS A APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DO MARANHÃO.

Setembro/2022



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	5
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	6
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	7
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	7
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	8
8. PROPOSTA.....	9
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	9
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	10
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	11
14. MULTAS	11
15. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	13
16. FISCALIZAÇÃO	14
17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	14
18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	15
19. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	15
20. GARANTIA DOS MATERIAIS	16
21. MATRIZ DE RISCO	17
22. CONDIÇÕES GERAIS	17
23. ANEXOS	17



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Fornecimento por Sistema de Registro de Preços - SRP, de máquinas, equipamentos e materiais de uso em atividades de irrigação, aquicultura, pesca, panificação, processamento de frutas, fabricação de farinha, corte/costura e comércio de produtos da agricultura familiar, com vistas a apoiar a estruturação de arranjos produtivos, em diversos municípios, no estado do Maranhão, distribuídos em 61 (sessenta e um) itens, conforme descrito abaixo e de acordo com as especificações que constam nos Anexos II e III deste TR.

Quadro 01: Especificações, Quantitativos e Preços

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES/DESCRIÇÃO	COTA DECRETO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	297224	Amassadeira basculante semirrápida com capacidade mínima de 5kg	Principal	un	39	3.249,56	126.732,94
2	297224	Amassadeira basculante semirrápida com capacidade mínima de 5kg	Cota – ME/EPP	un	1	3.249,56	3.249,56
3	481714	Armário estufa para panificação com esteiras, material em epóxi, com capacidade para 20 assadeiras	Principal	un	39	2.603,35	101.530,69
4	481714	Armário estufa para panificação com esteiras, material em epóxi, com capacidade para 20 assadeiras	Cota – ME/EPP	un	1	2.603,35	2.603,35
5	344684	Balança eletrônica de bancada, capacidade pesagem 20 kg	Exclusivo - ME/EPP	un	30	831,17	24.935,09
6	461228	Balança eletrônica de bancada, capacidade pesagem 40 kg	Exclusivo - ME/EPP	un	40	550,67	22.026,89
7	252318	Balança eletrônica, tipo plataforma, capacidade pesagem 150 kg	Exclusivo - ME/EPP	un	30	1.444,53	43.335,90
8	225859	Barco de alumínio 6 metros	Principal	un	99	8.440,38	835.597,15
9	225859	Barco de alumínio 6 metros	Cota – ME/EPP	un	1	8.440,38	8.440,38
10	394694	Barraca de feira livre com estrutura tubular galvanizada desmontável	Principal	un	594	1.341,61	796.916,67
11	394694	Barraca de feira livre com estrutura tubular galvanizada desmontável	Cota – ME/EPP	un	6	1.341,61	8.049,66
12	394694	Barraca/Tenda 3,00 x 3,00m (9,00m²) com 01 água	Exclusivo - ME/EPP	un	20	2.095,41	41.908,29
13	296494	Bomba d'água elétrica periférica de 1 a 1", 1/2 HP 220V	Principal	un	1190	338,43	402.729,14
14	296494	Bomba d'água elétrica periférica de 1 a 1", 1/2 HP 220V	Exclusivo - ME/EPP	un	10	338,43	3.384,28
15	237362	Caixa d'água de polietileno, com tampa, capacidade para 500 litros	Principal	un	1190	248,09	295.229,36
16	237362	Caixa d'água de polietileno, com tampa, capacidade para 500 litros	Cota – ME/EPP	un	10	248,09	2.480,92
17	292440	Caixa d'água, reservatório de polietileno ou fibra de vidro, com tampa, capacidade 2.000 litros	Principal	un	1190	1.069,57	1.272.791,38
18	292440	Caixa d'água, reservatório de polietileno ou fibra de vidro, com tampa, capacidade 2.000 litros	Cota – ME/EPP	un	10	1.069,57	10.695,73
19	322947	Cilindro Elétrico de 35 cm, para sovar massa de pão	Exclusivo - ME/EPP	un	40	943,74	37.749,60
20	273152	Cocho para armazenagem de massa ou farinha	Exclusivo - ME/EPP	un	6	2.395,44	14.372,62
21	303816	Colete salva-vidas com capacidade flutuação de 90 Kg.	Exclusivo - ME/EPP	un	120	57,36	6.883,16
22	332134	Conjunto motobomba centrífuga ou submersível de 2 CV, mono ou trifásica, com quadro de comando	Exclusivo - ME/EPP	un	5	3.133,85	15.669,26
23	319151	Conjunto tanque em aço inox AISI 304	Exclusivo - ME/EPP	un	6	2.243,91	13.463,48



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

8ª Superintendência Regional

24	219156	Despoldadora de frutos em aço inox AISI 304	Principal	un	9	11.255,55	101.299,99
25	219156	Despoldadora de frutos em aço inox AISI 304	Cota – ME/EPP	un	1	11.255,55	11.255,55
26	264982	Ensacadeira semiautomática para ensaque de produtos granulados e farelados	Exclusivo - ME/EPP	un	6	11.250,00	67.500,00
27	330677	Fábrica de gelo escama ou cubo, capacidade 300 a 600 kg/dia com silo	Principal	un	19	24.458,29	464.707,52
28	330677	Fábrica de gelo escama ou cubo, capacidade 300 a 600 kg/dia com silo.	Cota – ME/EPP	un	1	24.458,29	24.458,29
29	451454	Fogão industrial de piso, alta pressão, 6 bocas, queimador em ferro, com bandeja para resíduos	Exclusivo - ME/EPP	un	8	1.613,99	12.911,91
30	465490	Forno Industrial para panificação a gás	Principal	un	39	9.989,72	389.599,22
31	465490	Forno Industrial para panificação a gás	Cota – ME/EPP	un	1	9.989,72	9.989,72
32	445670	Forno industrial, duplo, a gás	Exclusivo - ME/EPP	un	5	4.178,17	20.890,86
33	380897	Forno mecanizado para torragem de farinha de mandioca	Principal	un	5	18.958,75	94.793,76
34	380897	Forno mecanizado para torragem de farinha de mandioca	Cota – ME/EPP	un	1	18.958,75	18.958,75
35	222827	Freezer horizontal capacidade mínima de 450 litros	Principal	un	24	4.071,69	97.720,66
36	222827	Freezer horizontal capacidade mínima de 450 litros	Cota – ME/EPP	un	1	4.071,69	4.071,69
37	481755	Kit de irrigação localizada por gotejamento, capacidade para irrigar uma área de 500m².	Principal	un	1190	1.170,26	1.392.603,82
38	481755	Kit de irrigação localizada por gotejamento, capacidade para irrigar uma área de 500m²	Cota – ME/EPP	un	10	1.170,26	11.702,55
39	234944	Kit irrigação, aspersão convencional, capacidade para irrigar uma área de 1ha	Exclusivo - ME/EPP	un	2	4.747,06	9.494,12
40	234944	Kit irrigação, por microaspersão, capacidade para irrigar uma área de 1ha, com cabeçal de controle (filtro e fertirrigação).	Exclusivo - ME/EPP	un	5	14.864,07	74.320,35
41	230187	Lavador e descascador de mandioca inox	Principal	un	5	18.442,87	92.214,34
42	230187	Lavador e descascador de mandioca inox	Cota – ME/EPP	un	1	18.442,87	18.442,87
43	272867	Liquidificador profissional, com capacidade de 6 litros	Exclusivo - ME/EPP	un	40	767,61	30.704,43
44	216174	Máquina de corte a disco para tecido	Exclusivo - ME/EPP	un	40	672,84	26.913,48
45	257977	Máquina de costura industrial galoneira	Principal	un	39	4.430,88	172.804,24
46	257977	Máquina de costura industrial galoneira	Cota – ME/EPP	un	1	4.430,88	4.430,88
47	216192	Máquina de costura industrial overlock.	Principal	un	39	3.355,02	130.845,96
48	216192	Máquina de costura industrial overlock	Cota – ME/EPP	un	1	3.355,02	3.355,02
49	238168	Máquina de costura interlok industrial	Principal	un	39	3.583,11	139.741,23
50	238168	Máquina de costura interlok industrial	Cota – ME/EPP	un	1	3.583,11	3.583,11
51	272656	Máquina de costura reta industrial	Principal	un	39	2.420,83	94.412,48
52	272656	Máquina de costura reta industrial	Cota – ME/EPP	un	1	2.420,83	2.420,83
53	258166	Mesa de preparo inox	Principal	un	52	1.684,25	87.581,12
54	258166	Mesa de preparo inox	Cota – ME/EPP	un	1	1.684,25	1.684,25
55	318883	Mesa Estrutura metálica em aço Inox	Exclusivo - ME/EPP	un	15	1.243,81	18.657,17

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

56	273145	Motor de popa, 15 HP	Principal	un	99	10.827,64	1.071.935,92
57	273145	Motor de popa, 15 HP	Cota – ME/EPP	un	1	10.827,64	10.827,64
58	275015	Motor de rabeta 4 tempos, 6,5 CV	Principal	un	499	1.587,18	792.005,24
59	275015	Motor de rabeta 4 tempos, 6,5 CV	Cota – ME/EPP	un	1	1.587,18	1.587,18
60	272922	Triturador/Esfarelator e desmembrador de massa prensada de mandioca	Principal	un	6	15.391,34	92.348,06
61	272922	Triturador/Esfarelator e desmembrador de massa prensada de mandioca	Cota – ME/EPP	un	1	15.391,34	15.391,34
Total (R\$)							9.708.941,07

- Os Itens (1, 3, 8, 10, 13, 15, 17, 24, 27, 30, 33, 35, 37, 41, 45, 47, 49, 51, 53, 56, 58 e 60) são abertos para participação de todas as empresas.

- Os Itens (2, 4, 9, 11, 16, 18, 25, 28, 31, 34, 36, 38, 42, 46, 48, 50, 52, 54, 57, 59, 61), são cotas de até 25%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. Decreto 8.538/15, art. 8º.

- Os Itens (5, 6, 7, 12, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 29, 32, 39, 40, 43, 44 e 55), são para participação exclusiva de ME/EPP. Decreto 8.538/15, art. 6º.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual está responsável pela definição de diretrizes para a gestão de programas e ações de desenvolvimento, conservação e revitalização territorial e hidroambiental; de programas e ações de apoio ao desenvolvimento territorial, produtivo, urbano e rural, objetos deste Termo de Referência.

8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em São Luís/MA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. **Modalidade:** Pregão eletrônico

3.2. Critério de Julgamento: Menor Preço

3.3. **Modo de Disputa:** ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5% (meio por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.4. **Adoção do orçamento:** público, conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- 3.5. **Valor estimado: R\$ 9.708.941,07 (nove milhões, setecentos e oito mil, novecentos e quarenta e um reais e sete centavos).**

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

- 4.1. Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues no Galpão da Codevasf, localizado na Rua doze, modulo 1, Quadra B, Lote 1, Distrito Industrial, CEP: 65085-170, município de São Luís - MA, no Estado do Maranhão.
- 4.2. A Codevasf/8ªSR está localizada a cerca de 1993 km de Brasília/DF, região Nordeste do Brasil, no Estado do Maranhão, sua área de atuação abrange 217 municípios. O acesso ao município de São Luís é feito pela BR 135.
- 4.3. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, a carga, o transporte e a descarga de máquinas, equipamentos e materiais de uso em atividades de irrigação, aquicultura, pesca, panificação, processamento de frutas, fabricação de farinha, corte/costura e comércio de produtos da agricultura familiar, com vistas a apoiar a estruturação de arranjos produtivos, em diversos municípios da área de atuação da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado do Maranhão, conforme distribuídos no Item 1 deste Termo de Referência.
- 5.2. A descrição dos fornecimentos consta na *Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços* e na *Planilha de Componentes Mínimos e Especificações Técnicas do Conjunto Motobomba e dos Kit's de Irrigação* – Anexo II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada a previsão da data da entrega, via e-mail ou por meio dos telefones (98) 3268-4129 ou 3198-1319/1321, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, em dias úteis, com antecedência mínima de **até 3 dias**, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos bens a serem entregues.
- 5.4. A descarga dos equipamentos no galpão é de responsabilidade do licitante e a Codevasf não fornecerá os equipamentos de manuseio.
- 5.5. É de responsabilidade do licitante/contratado o transporte, a montagem dos equipamentos e sua supervisão, bem como a entrega técnica, quando necessária.
- 5.6. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.7. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.8. No caso dos itens 22, 37, 38, 39 e 40, do Anexo II deste TR, cada “conjunto motobomba” ou “kit de irrigação” deverá ser fornecido em embalagem única individualizada em caixa de papelão, devidamente lacrada e com identificação externa quanto ao seu conteúdo (componentes e quantidades). Poderão ser fornecidos em separado (fora da embalagem do “conjunto motobomba” ou do “kit de irrigação”), componentes que inviabilizem seu acondicionamento com os demais, em razão



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

de suas dimensões, como no caso dos tubos. Ainda assim, estes materiais devem ser fornecidos individualizados para cada kit ou unidade entregue pela empresa.

- 5.9. Todos os componentes previstos para a composição do “conjunto motobomba” ou “kit de irrigação” devem ser do mesmo fabricante, a fim de evitar eventuais incompatibilidades e consequentemente problemas na montagem e funcionamento do sistema. Eventual dificuldade no fornecimento de algum componente do kit do mesmo fabricante dos demais poderá ser submetida a apreciação de equipe técnica da Codevasf, que decidirá sobre uma possível mesclagem de marcas.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

- 6.1.1. Os licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer, conforme discriminado nos Anexos II e III deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

6.2 CONSÓRCIO

- 6.2.1 Não será permitida a participação de consórcio.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO

- 6.3.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 6.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), quando for o caso (art. 48, inc. III – LC 147/2014), conforme subitem 1.1 deste TR.

7 VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

- 7.1 O atestado de visita ao local do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

- 7.1.1 Os custos de visita ao local onde serão instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

- 7.1.2 Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os bens objeto desse termo de referência ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - 8ªGRR da Codevasf, em São Luís, no Estado de Maranhão, nos telefones: (98) 3268-4129 ou 3198-1319 ou 3198-1321.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

8 PROPOSTA

8.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras.
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - I) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - II) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.

8.1.1 O prazo de validade da proposta de preços deverá ter, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sujeita a revalidação por idêntico período, com comunicação escrita ao licitante vencedor do certame.

8.1.2 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.3 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos veículos, considerando que a Codevasf não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.4 Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada nos Anexos II e III deste Termo de Referência.

9.1.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da Codevasf e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A Codevasf poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II e III deste Termo de Referência.

9.1.3 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto desta licitação:
 - I. Consideram-se fornecimentos similares, aqueles que se referem ao mesmo tipo de máquina, equipamento ou material previsto no item para a qual o licitante concorre, em quantidade de, no mínimo, 30% do previsto no referido item (conforme sugerido pela 8ªSL e AR/GSA/UEA nas peças 16 e 60 do processo nº 59580.000573/2022-16).
 - II. Também serão considerados fornecimentos similares, para fins de comprovação da experiência do licitante, aqueles que se referem aos equipamentos de mesma natureza e função, bem como aqueles usados no mesmo ramo de atividade (tais como: irrigação, piscicultura, pesca, panificação, etc.), de acordo com os itens da licitação para os quais a empresa apresentou proposta.
 - III. É permitida ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome na parte do fornecimento que lhe cabe.

9.1.4 Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 9.708.941,07 (nove milhões, setecentos e oito mil, novecentos e quarenta e um reais e sete centavos)**, a preços de julho a agosto de 2022, conforme indicado na *Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços*, constante do Anexo II deste Termo de Referência.

10.2 Sobre o orçamento de referência, este valor deve refletir os custos do mercado refere à contratação, estando as cotações de preços realizadas utilizando os parâmetros da Lei das Estatais, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC e da IN 73/2020.

10.3 Por se tratar de registro de preço, a dotação orçamentária para aquisição dos bens será indicada quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme prevê Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1 O prazo para vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão da 1ª Ordem de Fornecimento, com prazo de execução de 60 (sessenta) dias consecutivos. O prazo restante do contrato, ou seja, 120 (cento e vinte) dias, será para conferência dos bens, pagamento da nota fiscal, expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, entre outros trâmites que, por ventura, sejam necessários.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, com a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da Codevasf, conforme legislação vigente:
- 12.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplimento de cada parcela.

13 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 13.1 Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

Fórmula de Reajustamento:

$$R = V_x \left[\frac{T_i - T_o}{T_o} \right]$$

Onde:

R: valor do reajuste procurado

V: valor contratual a ser reajustado

Ti: Refere-se ao índice correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Tº: Refere-se ao índice correspondente ao mês de apresentação da proposta.

*IPA-EP-DI Máquinas, aparelhos e equipamentos - Nro. Índice- **1416650**, Fonte: FGV DADOS - Informação Econômica on-line.

- 13.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

14 MULTAS

- 14.1 Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do contrato ou ordem de fornecimento, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 14.2 Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de até 20% (vinte por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 14.3 Nos casos de atrasos na execução dos fornecimentos descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

Quadro 02 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade.

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

14.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados no Quadro 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.

- A multa será descontada da garantia prestada pela contratada, caso haja;
- Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à 8ªGRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da comunicação.

14.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

14.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.

14.8 Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

14.9 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

15 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

15.1 Os bens, objeto da presente licitação, serão recebidos das seguintes formas:

- a) **Provisoriamente:** mediante apresentação de recibo, a ser emitido pelo Fiscal designado pela Codevasf, imediatamente após a entrega, para efeito e posterior verificação da conformidade do bem com as especificações;
- b) **Definitivamente:** mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, em até **cinco dias úteis** após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do bem, ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal/Fatura.

15.2 O bem entregue em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a licitante/vencedora será obrigada a substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável mediante prévia justificativa apresentada pela Contratada e aceita pela Codevasf, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa de Bem, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

15.3 Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

15.4 A licitante/vencedora ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

15.5 Serão recusados apenas os itens da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento que estiverem em desacordo.

15.6 Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 (um) a 3 (três) dias úteis para a substituição da Nota Fiscal/Fatura por outra contendo apenas os itens aprovados pela 8ª Superintendência Regional da Codevasf.

15.7 A licitante/vencedora deverá retirar o material recusado no momento da entrega do material correto. A Codevasf não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo.

15.8 A 8ª Superintendência Regional da Codevasf poderá dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.

15.9 Independente da aceitação, a licitante/vencedora da Ata do Registro de Preço garantirá a qualidade do bem pelo prazo estabelecido no item 20.1, e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado no Anexo II e III deste Termo de Referência.

15.10 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da Codevasf, a qual não está obrigada a firmar as contratações advindas deste Registro de Preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário do Registro de Preços a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.11 Quando necessário, serão efetuados testes por amostragem para avaliação dos produtos, utilizando uma quantidade entre 1 (um) e 10 (dez) por cento de cada item do empenho escolhidos aleatoriamente.

15.12 Caso seja necessário, um representante da licitante/vencedora da Ata do Registro de Preço poderá ser convocado para acompanhar o recebimento dos materiais, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas, em caso de não comparecimento.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

15.13 A Contratada entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para: a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica; e b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

15.14 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16 FISCALIZAÇÃO

16.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela Codevasf, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

16.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

16.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

16.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à 8ª Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental, responsável pela execução do contrato.

16.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

16.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer 8ª Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

16.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

16.8 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

17 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

17.2 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

17.3 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- 17.4 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 17.5 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 17.6 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 17.7 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.
- 17.8 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 17.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1 Fornecer os bens objeto desta licitação conforme condições, especificações e preços registrados, efetuando sua entrega em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 18.2 O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.
- 18.3 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 18.4 O licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação.
- 18.5 O licitante deverá avisar, via e-mail ou telefone, conforme item 5.3, a data prevista para entrega dos equipamentos/materiais, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento.

19 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 19.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 19.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, por meio de correspondências protocoladas.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- 19.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 19.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 19.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 19.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.
- 19.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

20 GARANTIA DOS MATERIAIS

- 20.1 O licitante vencedor dos itens da Ata Registro de Preço se responsabilizará, por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem prévia utilização e livres de defeitos de projetos, composição, fabricação ou de material, obrigando-se a(s) licitante(s) vencedora(s) a garanti-los integralmente, nas condições estabelecidas nas especificações técnicas constantes dos Anexos II e III deste Termo de Referência, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da entrega dos produtos à 8ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 20.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem anterior, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 20.3 Durante o período da garantia contra defeitos de fabricação, a Contratada obriga-se a efetuar, sem ônus para a Codevasf, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação.
- 20.4 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 20.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 20.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 20.7 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 20.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 20.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 20.10 O licitante vencedor dos itens da Ata Registro de Preços será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- 20.11 Correrão por conta do licitante vencedor dos itens da Ata Registro de Preços as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela Contratante (Codevasf), para reparação desses danos ou prejuízos.

21 MATRIZ DE RISCO

- 21.1 A matriz de risco está apresentada no anexo V deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta a execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 21.2 A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da Codevasf.
- 21.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 21.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 21.5 A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 21.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 21.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 21.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco
- 21.9 Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 21.10 A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

22 CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

23 ANEXOS

- 23.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, contendo:
- Anexo I - Justificativa
 - Anexo II - Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Orçados com nova metodologia
 - Anexo III - Componentes mínimos e especificações técnicas do conjunto motobomba e dos kit's de irrigação



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- Anexo IV - Modelo de Logomarca da Codevasf
- Anexo V - Matriz de Risco
- Anexo VI - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

A contratação dos fornecimentos dos objetos da presente licitação justifica-se em razão do interesse público. Isto porque a aquisição destes bens é necessária à implantação de ações de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Estado do Maranhão, o que fortalecerá a capacidade produtiva dos municípios, que receberão os equipamentos necessários à uma produção perene, implantação de infraestrutura social de apoio à produção e desenvolvimento regional, permitindo uma melhoria na qualidade de vida nos municípios sob atuação da 8ªSR da Codevasf.

Nos últimos 5 anos a 8ªSR/Codevasf vem executando recursos provenientes de emendas parlamentares com o objetivo de promover a Estruturação e o Desenvolvimento Regional de municípios no estado do Maranhão, assim como de entidades sem fins lucrativos por meio de respectivas indicações via ofício, nos quais os parlamentares sugerem as doações dos bens e a 8ªSR/Codevasf avalia a possibilidade de atendimento dos possíveis beneficiários.

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado com base em demandas dos municípios, das entidades (associações, sindicatos e cooperativas) e dos parlamentares do Maranhão. Deste modo, as máquinas, equipamentos e materiais especificados na presente licitação, bem como seus quantitativos foram estimados considerando previsão de indicações de emendas parlamentares destinadas à Codevasf para futura aquisição destes bens, considerando as demandas ocorridas nos últimos anos para estas aquisições, bem como o fato de que a Codevasf /8ªSR atua nos 217 municípios do Maranhão.

Portanto, a disponibilização destes bens aos beneficiários finais, após o devido processo administrativo, visa cooperar para o fortalecimento da produção local, gerar renda, contribuir com a segurança alimentar e melhorar a qualidade de vida das comunidades de baixa renda dos municípios maranhenses, resultando em benefícios socioeconômicos para a região. Conforme destacou-se no Estudo Técnico Preliminar, a presente licitação está alinhada com os objetivos estratégicos de “Apoiar Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” e “Estruturar e Dinamizar Atividades Produtivas” presentes no Planejamento Estratégico Institucional da Codevasf.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

Trata-se de bem comum, pois são encontrados facilmente no mercado e podem ser fornecidos por fabricante ou revendedores, mediante especificações mínimas exigidas no TR, padrões de qualidade e desempenho regulamentadas.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

Optou-se pela adoção da modalidade em Sistema de Registro de Preços – SRP, por ser conveniente a aquisição dos bens com previsão de entregas parceladas (inciso II, art. 3º, Decreto nº 7.892/2013), já que a aquisição dos equipamentos se dará com base nas futuras indicações dos parlamentares.

Ademais, justifica-se o uso do Sistema de Registro de Preços – SRP considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato como também da imprevisibilidade dos recursos orçamentários que serão alocados para as referidas aquisições. Principalmente porque a 8ªSR Codevasf estabeleceu as possíveis necessidades futuras, viabilizando **contratações esporádicas ou sucessivas**, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição.

Deverá ser realizada a Intenção de Registro de Preços (IRP), pela 8ªSR Codevasf, quando da autorização da licitação pela autoridade competente, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento desta licitação e torna-se um órgão participante.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes

Será admitida a adesão de órgãos não participantes. Justifica-se tal opção pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantagem para as entidades da administração pública.

Além da Sede em Brasília, a Codevasf possui superintendências regionais e escritórios de apoio em vários estados do país, os quais executam ações afins. Entendeu-se que permitir a adesão poderia representar economicidade de tempo e recursos para a Codevasf -Sede, Superintendências Regionais e Escritórios, em caso de eventual disponibilização orçamentária não programada, visto que estas poderiam aderir à ata da 8ªSR, ao invés de executar novas licitações.

Permite Participação de Consórcios

Não. Por se tratar de fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permite Subcontratação

Não. Considerando a natureza do objeto, fornecimento de bens comuns, não se vislumbrou, do ponto de vista técnico ou econômico, a necessidade de subcontratação. Além disto, a garantia de fábrica e assistência técnica deve ser dada como um todo pelas fabricantes e concessionárias autorizadas não existindo a possibilidade da subcontratação.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

Critério de Julgamento

Será adotado como critério de julgamento o “Menor Preço”, de acordo com o Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens

Para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, considerando que se trata de medida viável técnica e economicamente e não haverá perda de economia de escala.

Dos aspectos ambientais

Trata-se de fornecimento, sem condicionantes ambientais e nem previsão de necessidade de autorização/licenciamento ambiental.

Garantia do Objeto

A garantia dos bens deverá ser de, no mínimo, 1 (um) ano ou prazo superior fixado pelo fabricante. Este prazo mínimo de garantia é importante para que cubra o tempo necessário os trâmites administrativos de praxe que antecedem a efetiva utilização dos bens nos projetos apoiados pela Codevasf.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta no processo.

Da exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte

Foram estabelecidas cotas em percentuais de até 25% de itens para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, por se tratar de aquisição de bens de natureza divisível, conforme art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 147/2014.

As cotas em questão estão identificadas na planilha – Anexo II deste Termo de Referência.

Justificativa de reserva de cota de 25% (vinte e cinco) por cento

Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitido a cota de até 25% (vinte e cinco) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

Qualificação técnica

As exigências de qualificação técnica contidas neste Termo de Referência se justificam em função da necessidade de seleção de empresas com capacidade técnica, operacional, executiva e experiência



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

8ª Superintendência Regional

comprovada para execução do objeto do presente Termo de Referência, tendo em vista que os bens a serem adquiridos serão utilizados em projetos de elevada relevância para o desenvolvimento social, econômico e ambiental das regiões atendidas, tais como agricultura familiar e proteção ambiental. Soma-se a isso, o recente histórico de não fornecimento dos equipamentos, que prejudica o erário e o interesse público.

Qualificação Econômico-financeira. Índices Econômicos

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato.

A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira. Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento.

SÚMULA Nº 289. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. (GRIFAMOS). É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela.

A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame.

Diante da legislação e da jurisprudência alhures citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o objeto contratado, sem surpresas no curso da avença.

Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índice, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018-MP que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União). Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O cociente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. Liquidez Geral. É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo Prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.

2. Solvência Geral. É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Identifica a segurança apresentada, para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência por bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o patrimônio Líquido).



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

3. Liquidez Corrente. É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo. Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo. Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a CODEVASF disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ANEXO II

**PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE QUANTIDADES E PREÇOS
ORÇADOS COM NOVA METODOLOGIA**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ANEXO III

**COMPONENTES MÍNIMOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CONJUNTO
MOTOBOMBA E DOS KIT'S DE IRRIGAÇÃO**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ANEXO IV
MODELO DE LOGOMARCA DA CODEVASF



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

Anexo V
Matriz de Risco



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ANEXO VI

**TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E
INTEGRIDADE DA CODEVASF**